

MARGEM ESQUERDA

REVISTA DA BOITEMPO

27 2º SEMESTRE, 2016



Copyright © Boitempo Editorial, 2016
Margem Esquerda – revista da Boitempo n. 27

Editora

Ivana Jinkings

Editora-assistente

Thaís Burani

Editor de imagens

Sergio Romagnolo

Editor de poesia

Flávio Wolf de Aguiar

Preparação

Thais Rimkus

Revisão

Mariana Tavares

Capa

Natasha Weissenborn e Artur Renzo

Imagens da capa e internas

**Flávio Cerqueira, Antes que eu me esqueça (2013), foto de Edouard Fraipont;
Sobre tudo, mas não sobre qualquer coisa (2016), O invisível (2010) e
Avua! (2003); fotos de Romulo Fialdini.**

Imagens do miolo

Flávio Cerqueira (ver p. 159)

Projeto gráfico e diagramação

Antonio Kehl

Assistente de produção

Carolina Yassui e Camila Nakazone

Coordenação de produção

Livia Campos

Impressão e acabamento

Meta Brasil

ISSN 1678-7684

número 27: outubro de 2016

É vedada a reprodução de qualquer parte
desta revista sem a expressa autorização da editora.

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

boitempoeditorial.com.br | blogdaboitempo.com.br

facebook.com/boitempo | twitter.com/editoraboitempo

youtube.com/tvboitempo | instagram.com/boitempo

Sumário

Apresentação	9
<i>IVANA JINKINGS</i>	

ENTREVISTA

Sueli Carneiro	11
<i>IVANA JINKINGS e THAISA BURANI</i>	

DOSSIÊ: MARXISMO E QUESTÃO RACIAL

Apresentação	23
<i>SILVIO LUIZ DE ALMEIDA</i>	
Estado, racismo e materialismo	25
<i>ALESSANDRA DEVULSKY</i>	
Dilemas da luta contra o racismo no Brasil	31
<i>DENNIS DE OLIVEIRA</i>	
Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura	38
<i>MARCIO FARIAS</i>	
Feminismos negros e marxismo: quem deve a quem?	44
<i>ROSANE BORGES</i>	

ARTIGOS

A esquerda comunista e a cena histórica do golpe de 1964: lições para o presente	53
<i>MILTON PINHEIRO</i>	
Golpe de Estado gradual, mas não tão seguro	67
<i>MARCOS DEL ROIO</i>	

A esquerda radical na Europa após 1989: balanços e perspectivas76
MARCELLO MUSTO

A casa de Sião93
PERRY ANDERSON

Poulantzas: últimas palavras ou seu testamento político 129
PAULO SILVEIRA

CLÁSSICOS

Apresentação 139
LUIZ BERNARDO PERICÁS

Resolução geral sobre a questão negra 142
CONGRESSO INTERNACIONAL CONTRA A OPRESSÃO COLONIAL E O IMPERIALISMO

O Ocidente e o problema dos negros 145
JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

HOMENAGEM

Grace Lee Boggs: um século no relógio do mundo 147
PAULO DENISAR FRAGA

NOTAS DE LEITURA

Caio Prado Júnior: uma biografia política 153
ANGÉLICA LOVATTO

O hip hop e as diásporas africanas na modernidade 155
HAROLDO CERAVALLO SEREZA

POESIA

Last Night I Had a Dream / Ontem à noite eu tive um sonho 157
MUHAMMAD ALI

SOBRE AS IMAGENS

Os meninos impossíveis de Flávio Cerqueira 159
SERGIO ROMAGNOLLO

Comitê de redação deste número

Flávio Wolf de Aguiar • Ivana Jinkings • Luiz Bernardo Pericás •
Sergio Romagnolo • Silvio Luiz de Almeida

Conselho editorial

Afrânio Mendes Catani • Alysson Leandro Mascaro • Boaventura de Sousa
Santos • Carlos Nelson Coutinho (*in memoriam*) • Emília Viotti da Costa •
Emir Sader • Francisco de Oliveira • Heloísa Fernandes • István Mészáros •
Jacob Gorender (*in memoriam*) • João Alexandre Peschanski • José Paulo
Netto • Leandro Konder (*in memoriam*) • Maria Lygia Quartim de Moraes •
Maria Orlanda Pinassi • Michael Löwy • Miguel Urbano Rodrigues • Paulo
Arantes • Paulo Barsotti • Ricardo Antunes • Roberto Schwarz • Slavoj Žižek

Conselho de colaboradores

Alexandre Linares • Angélica Lovatto • Antonino Infranca • Antonio Carlos
Mazzeo • Antônio Ozaí da Silva • Antonio Rago • Artur Renzo • Bibiana
Leme • Caio Antunes • Camilo Caldas • Canrobert Costa Neto • Carla Ferreira
• Carlos Eduardo Martins • Carlos Serrano Ferreira • Clarisse Castilhos •
Claudia Mazzei Nogueira • Edilson Gracioli • Fabio Mascaro Querido •
Fernando Coltro Antunes • Fernando Marcelino • Gaudêncio Frigotto •
Geraldo Augusto Pinto • Gilberto Maringoni • Henrique Amorim • Isabella
Marcatti • Isleide Fontenelle • Jair Pinheiro • Jesus Ranieri • João dos Reis
Silva Jr. • João Sette Whitaker • Jonathan Erkert • Jorge Grespan • José
Luís Fiori • Kim Wilhelm Doria • Liliana Segnini • Lincoln Secco • Luciano
Vasapollo • Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida • Luiz Ismael • Marcelo
Ridenti • Marco Aurélio Santana • Maria Lúcia Barroco • Mario Duayer •
Mathias Luce • Maurício Gonçalves • Milton Pinheiro • Nélío Schneider •
Otília Arantes • Paula Marcelino • Paulo Denisar Fraga • Plínio de Arruda
Sampaio Jr. • Roberto Leher • Rodrigo Castelo • Ronaldo Gaspar • Rosane
Borges • Ruy Braga • Sofia Manzano • Thaisa Burani • Virgínia Fontes •
Wolfgang Leo Maar

contato: margemesquerda@boitempoeditorial.com.br



Colaboradores desta edição

- ALESSANDRA DEVULSKY é advogada, professora universitária e diretora executiva do Instituto Luiz Gama. É mestre em direito político e econômico pela Universidade Mackenzie e doutoranda em direito econômico e financeiro pela USP.
- ANGÉLICA LOVATTO é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília e autora de *A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe* (Xamã, 2010).
- ARTUR RENZO é graduado em filosofia pela FFLCH-USP e em comunicação social com habilitação em cinema pela Faap. Coordena o Blog da Boitempo e as mídias sociais da editora.
- CAMILO ONODA CALDAS é doutor em filosofia e teoria geral do direito na USP e pós-doutor em democracia e direitos humanos pela Universidade de Coimbra. É diretor do Instituto Luiz Gama e professor na Universidade São Judas Tadeu. Autor de *Teoria da derivação do Estado e do direito* (Expressão Popular/Dobra Editorial).
- DENNIS DE OLIVEIRA é chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, coordenador científico do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc) e membro da Rede Antirracista Latinoamericana Quilombação.
- FLÁVIO CERQUEIRA é artista plástico formado em artes visuais pela Faculdade Paulista de Arte. Vencedor do II Prêmio Itamaraty de Arte Contemporânea (Brasília, 2012) e da X Bienal do Recôncavo (São Felix, 2010), entre outros prêmios.
- FLÁVIO WOLF DE AGUIAR é poeta, escritor, tradutor, professor de literatura brasileira e correspondente da *Carta Maior* e da *Revista do Brasil* em Berlim. É autor de vasta obra, incluindo, pela Boitempo, *Anita* (2009) e *A Bíblia segundo Beliel* (2012).
- HAROLDO CERAVOLO SEREZA é jornalista e doutor em literatura brasileira pela FFLCH-USP. Dirige o site *Opera Mundi* desde 2009 e a Alameda Casa Editorial. Autor de *Florestan: inteligência militante* (Boitempo, 2006).
- IVANA JINKINGS é editora da Boitempo e da revista *Margem Esquerda*. Organizou, com Kim Doria e Murilo Cleto, o livro *Por que gritamos golpe?* (Boitempo, 2016).
- JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI (1894-1930) foi um sociólogo e ativista político peruano. Intelectual autodidata, atuou como escritor e jornalista. É autor, entre outros, de *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (Expressão Popular, 2008).

- LUIZ BERNARDO PERICÁS é historiador e professor de história contemporânea na FFLCH-USP. Autor de, entre outros, *Caio Prado Júnior: uma biografia política* (Boitempo, 2016) e co-organizador de *Intérpretes do Brasil* (Boitempo, 2014).
- MARCELLO MUSTO é doutor em filosofia e política pela Universidade de Nápoles, L'Orientale, e em filosofia pela Universidade de Nice, Sophia Antipolis. Autor de *Trabalhadores, uni-vos!* (Boitempo, 2014).
- MARCIO FARIAS é graduado em psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em psicologia social pela PUC-SP. Coordena o Núcleo de Estudos Afro Americanos (Nepafro) e é colaborador do Instituto Amma Psique e Negritude.
- MARCOS DEL ROIO é mestre e doutor em ciência política pelo IFCH-Unicamp e pela FFLCH-USP, respectivamente. É professor titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp-Marília e presidente do Instituto Astrojildo Pereira.
- MILTON PINHEIRO é professor do programa de História, Cultura e Práticas Sociais da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Pesquisador na USP e autor/organizador do livro *Ditadura: o que resta da transição* (Boitempo, 2014), entre outros.
- MUHAMMAD ALI (1942-2016), nascido Cassius Clay, foi pugilista e proeminente ativista social estadunidense. Convertido ao islamismo e considerado um mito do boxe mundial, também dedicou sua vida ao movimento negro e aos direitos civis.
- PAULO DENISAR FRAGA é professor do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (MG) e co-organizador de *Socialismo e educação* (Fino Traço, 2013).
- PAULO SILVEIRA é pós-doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo, onde atua como professor associado. É autor de *Poulantzas: sociologia* (Ática, 1984).
- PERRY ANDERSON é historiador e professor de história e sociologia na Universidade da Califórnia. Ensaísta político marxista, foi editor da revista *New Left Review*. Autor de, entre outros, *A política externa norte-americana e seus teóricos* (Boitempo, 2015).
- ROSANE BORGES é jornalista e professora na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutoranda em Comunicação, pela ECA-USP, integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial e o grupo Comunicadoras Negras.
- SERGIO ROMAGNOLO é artista plástico, professor do Instituto de Artes da Unesp e autor de *Sergio Romagnolo* (Martins Fontes, 2011).
- SILVIO LUIZ DE ALMEIDA é presidente do Instituto Luiz Gama. Doutor em filosofia e teoria geral do direito pela Faculdade de Direito da USP, leciona na Universidade Presbiteriana Mackenzie e na Universidade São Judas Tadeu.
- THAISA BURANI é formada em comunicação social com habilitação em editoração pela ECA-USP e editora-assistente do selo infantil Boitatá, da Boitempo.
- VANESSA MASTROCESSARIO SILVA é tradutora, graduada em letras pela Università Degli studi di Milano e em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É presidente da Associação Cultural Abaporu (Bari) e diretora artística do festival de cinema brasileiro Bari Brasil Film Fest.

Resolução geral sobre a questão negra

CONGRESSO INTERNACIONAL CONTRA A
OPRESSÃO COLONIAL E O IMPERIALISMO

O Ocidente e o problema dos negros

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

Apresentação

Entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 1927, ocorreu o Congresso Internacional contra a Opressão Colonial e o Imperialismo no Palácio d'Egmont, em Bruxelas, evento que contou com a presença de 174 delegados, oriundos de 134 organizações políticas de todos os continentes. Esse encontro foi resultado de discussões que vinham se desenvolvendo alguns anos antes entre importantes dirigentes e intelectuais comunistas e anticolonialistas de diferentes países. É bem verdade que o indiano Manabendra Nath Roy havia proposto para a Secretaria do Comitê Executivo da IC, em Moscou, em maio de 1926, que o Comintern deveria constituir uma “liga contra as atrocidades coloniais ou algo similar”, tendo por objetivo atuar, no caso, como um intermediário entre a Terceira Internacional e os movimentos nacionais nas colônias, ou seja, criar “pontes” entre os operários das nações de capitalismo avançado e os povos oprimidos da África, da Ásia e da América Latina. Ainda assim, é possível dizer que o principal impulsionador da ideia de criar uma conferência anti-imperialista foi, de fato, o alemão Willi Münzenberg, secretário-geral da Internationale Arbeiterhilfe, que, a partir de 1925, após o sucesso da campanha “Hände weg von China!”, colocou a questão colonial como prioridade em sua agenda.

Participaram do congresso em Bruxelas membros de distintos grupos, como National Congress of British West Africa (NCBWA), Comité de Defense de la Race Nègre (CDRN), African National Congress (ANC) e Union Patriotique, assim como personalidades emblemáticas, incluindo Joseph Casely-Hayford, Lamine Senghor, Gothon-Lunion, Josiah T. Gumede e Carlos Deambrosis Martin. Na comitiva norte-americana, apenas um negro, Richard B. Moore, acompanhado de representantes de outras minorias do país, como Manuel Gómez e Chi Ch'ao-ting, além de Roger Baldwin e de Scott Nearing,

L U I Z B E R N A R D O P E R I C Á S

autor de livros conhecidos, como *The American Empire* [O império americano], de 1921, e *Dollar Diplomacy* [A diplomacia do dólar], de 1925 (este último, em parceria com Joseph Freeman).

Também presentes, Sen Katayama, Manabendra Nath Roy, Jawaharlal Nehru, Mohammad Atta, Henri Barbusse e Romain Rolland. Isso para não falar dos participantes da América Latina. Em meio aos delegados da região, Edo Fimmen, Ismael Martínez, Julio Antonio Mella, Leonardo Fernández Sánchez, Gustavo Morales, Víctor Haya de la Torre, Alfonso Goldschmidt, Carlos Quijano e Eudocio Ravines.

Considerado um encontro “caótico”, o congresso de Bruxelas, apesar disso, conseguiu misturar diversas tendências e grupos nacionalistas, anticolonialistas e comunistas, resultando na constituição da Liga contra o Imperialismo, que teria sua sede em Berlim até 1933. A reunião na Bélgica também teve um papel importante ao dar voz às demandas dos negros, mesmo que sem a proeminência e a centralidade que muitos participantes desejavam. De qualquer forma, além de uma deliberação dos representantes sindicais do congresso e de outra especificamente sobre a América Latina, foi aprovada por unanimidade a “Resolução sobre a questão negra”, elaborada pelo comitê responsável por encaminhar os trabalhos sobre o tema, encabeçado por Lamine Senghor (presidente) e Richard B. Moore (secretário) e integrado por Josiah T. Gumede, Max Bloncourt, Carlos Deambrosis Martins, Danae Narcisse e St. Jacques Camille. Esse documento foi preparado após acaloradas discussões e discursos de alguns participantes. Bloncourt, por exemplo, detalharia as atrocidades francesas no Caribe e denunciaria o imperialismo americano, lembrando os casos de Guadalupe e Martinica, onde as pessoas se revoltavam contra as limitações de liberdades individuais e as desigualdades civis. Martin, por sua vez, atacou as práticas brutais dos Estados Unidos no Haiti. Já Senghor criticou os abusos coloniais franceses no Marrocos, na Indochina, em Madagascar e na Síria.

O documento final sobre a questão negra exigiria liberdade total aos povos africanos e de origem africana, além de igualdade entre os negros e outros grupos étnicos; controle da terra e dos governos da África pelos próprios africanos; imediata abolição de todo tipo de trabalho compulsório e dos impostos injustos; fim de todas as restrições raciais, sociais, políticas e econômicas; eliminação da conscrição e do recrutamento militar; liberdade de movimento e de trânsito dentro e fora da África; liberdade de expressão, de imprensa e de reunião; assim como o direito à educação e a organizar sindicatos. Para que tudo isso pudesse se efetivar, sugeriu que fossem adotadas medidas como organização do poder político e econômico das populações locais (sindicalização dos trabalhadores negros e organização de cooperativas); coordenação dos movimentos de libertação; promoção da luta contra a ideologia “imperialista” (como o “chauvinismo”, o “fascismo”, o “kukluxklanismo” e os preconceitos de raça); admissão dos trabalhadores de todas as raças nos sindicatos e nas associações operárias em pé de igualdade; e, finalmente, estabelecimento da unidade entre todas as classes e os povos oprimidos na luta implacável contra o imperialismo.

O segundo texto aqui apresentado foi escrito pelo jornalista peruano José Carlos Mariátegui, em dezembro de 1929, e mostra sua opinião, naquele momento, sobre a questão negra. Ainda que bastante breve, o artigo, publicado originalmente no *Mundial*, indica como o Amauta, em seus últimos meses de vida, via o assunto. Vale lembrar que o opúsculo foi elaborado depois do II Congresso Internacional contra a Opressão Colonial e o Imperialismo, ocorrido em Frankfurt, entre 21 e 27 de julho daquele ano, e que o teórico marxista latino-americano parecia concordar e se alinhar com o teor geral do documento em relação a essa discussão.

O segundo congresso seria bem diferente do primeiro. Se antes havia um ambiente mais variado e heterogêneo, dessa vez a reunião foi cuidadosamente organizada e planejada por Moscou. Personalidades do alto escalão do Comintern, como Dmitri Manuilsky, Molotov, Kuusinen e Osip Piatnitsky, estiveram envolvidas em sua preparação. Ou seja, para todos os efeitos, aquele seria um evento de “comunistas”.

Vale recordar que os debates na Alemanha ocorreram durante o período esquerdista da política de “classe contra classe” propugnada pelo Kremlin. Por isso, era clara a oposição dos delegados comunistas aos de tendências distintas, o que gerou um clima geral de insatisfação e desconforto nas discussões (os representantes indianos, por exemplo, seriam chamados de “seguidores de Gandhi”, enquanto outros, de “agentes do imperialismo”). A maior parte dos representantes não alinhados aos comunistas decidiria, a partir de então, renunciar a suas posições na Liga.

A declaração final do congresso fazia um chamamento de luta para os povos das colônias e dos países oprimidos, que deveriam construir uma frente anti-imperialista e revolucionária. Nesse sentido, exortava as massas operárias e camponesas a se mobilizar, defendendo a melhoria radical das condições de vida da classe trabalhadora e fazendo uma enérgica defesa da União Soviética. Terminava lançando um protesto contra os “social-imperialistas” e a “social-democracia” no mundo.

No congresso de Frankfurt, a presença de representantes negros foi significativa e emblemática. Nomes como William Patterson, James Ford, Williana Burroughs, Garan Kouyaté, Jomo Kenyatta e Frank Macaulay anunciariam sua intenção de organizar uma Conferência Internacional dos Trabalhadores Negros, que levaria, em seguida, à criação da International Trade Union Committee for Negro Workers (ITUCNW). Essa conferência (resultado direto do II Congresso) seria preparada por personalidades como James Ford, Otto Huiswoud, George Padmore e William Patterson, para citar os mais conhecidos. De qualquer forma, na reunião alemã de 1929, os delegados repudiariam a ideia do “retorno à África”, caracterizando o garveyismo como movimento similar ao sionismo, insistindo para que fosse combatido de maneira implacável pelos comunistas.

Mariátegui indicaria a importância daquele encontro, lembrando especificamente as resoluções sobre os negros. Aquela deliberação, portanto, seria considerada pelo autor dos *Sete ensaios de interpretação da realidade*

peruana, na ocasião, “a mais avançada e completa formulação política da questão”. Mesmo que sintético, o texto serve como um retrato da época e das ideias do Amauta no fim da vida. Ambos os documentos, assim, são úteis para iluminar aspectos interessantes da luta dos comunistas sobre a questão negra no fim da década de 1920 e para mostrar suas opiniões e suas táticas naquele momento. – *Luiz Bernardo Pericás*

Resolução geral sobre a questão negra*

Por quinhentos anos, os povos negros do mundo foram vítimas da mais terrível e impiedosa opressão. A instituição da compra e venda de pessoas escravizadas, como consequência da revolução comercial e da expansão da Europa, foi o começo de um dos piores regimes de terror e espólios da história da humanidade. Como resultado desse tráfico, a África perdeu 100 milhões de seus habitantes, dos quais quatro em cada cinco morriam no sangrento negócio de captura e transporte. Os que sobreviviam eram enviados para a mais cruel escravidão no Novo Mundo.

A imensa riqueza desse comércio indigno foi a base da opulência e do desenvolvimento dos Estados europeus e seus mercados. Mas o progresso dos povos africanos foi abruptamente paralisado, e sua civilização, que em vários lugares alcançava um alto nível de avanço, foi quase completamente destruída. Essas nações foram declaradas pagãs e selvagens, uma raça inferior, destinada pelo Deus cristão a ser escrava dos superiores europeus, sem nenhum direito que o homem branco devesse respeitar. Um amargo e hostil preconceito se elevou contra a raça negra, preconceito que dominou os sentimentos da maior parte dos europeus, tornando-os objeto de degradantes e perniciosas proscricções.

A abolição daquela forma de escravidão não fez mais do que livrar os povos negros do infortúnio de serem considerados legalmente propriedade

* Documento elaborado pelo Comitê sobre a Questão Negra encabeçado por Lamine Senghor (presidente) e Richard B. Moore (secretário), e integrado por Josiah T. Gumede, Max Bloncourt, Carlos Deambrosis Martins, Danae Narcisse e St. Jacques Camille. Apresentado e aprovado por unanimidade no Primeiro Congresso Internacional contra a Opressão Colonial e o Imperialismo, Bruxelas, Palácio de Egmont, fevereiro de 1927. Publicado originalmente na revista da NAACP *Crisis*, em julho de 1927, e reproduzido em Louis J. Parascandola (org.), “*Look for me All Around You*”: *Anglophone Caribbean Immigrants in the Harlem Renaissance*, Detroit, Wayne State University Press, 2005, p. 230-4. A versão em espanhol, divulgada em Cuba e no Caribe, contém algumas diferenças. Há supressão de frases e inclusão de trechos específicos, direcionados ao público da região. Também foi modificado o sentido de algumas partes do texto original. Ver Instituto de Historia del Movimiento Comunista y la Revolución Socialista de Cuba (org.), *J. A. Mella, documentos y articulos*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales/Instituto Cubano del Libro, 1975, p. 642-5. Tradução e notas de Luiz Bernardo Pericás. (N. E.)

peçoal; sua submissão, exploração e extermínio, porém, continuam até os dias de hoje. Entre os anos 1880 e 1890, esse processo de subjugação foi significativamente acelerado pela insana e renhida disputa das potências europeias pela partilha de territórios africanos. Isso ocorreu pelo desejo do capital financeiro de colocar suas reservas econômicas na produção de matéria-prima distantes das áreas das indústrias de transformação que haviam acabado de se desenvolver na Europa*. Depois, interessado em seu próprio desenvolvimento, o capitalismo industrial se juntou ao capitalismo financeiro no assalto às colônias**. Por meio da violência e da fraude, os Estados africanos independentes foram dominados; quase todas as suas terras e possessões acabaram expropriadas à força e distribuídas entre indivíduos e corporações europeias, e seus povos foram obrigados por um dos mais brutais e inumanos sistemas a produzir imensas riquezas para seus opressores. Doenças virulentas foram introduzidas: a devastação pode ser comprovada pelo fato de que, apesar da grande virilidade e fecundidade de sua população, a África é atualmente o menos povoado de todos os continentes.

Tais foram as bênçãos do cristianismo e da civilização aos africanos. Assim, atualmente, em um continente de mais de 18.500.00 quilômetros quadrados, apenas dois pequenos Estados, Abissínia e Libéria, são considerados independentes: o primeiro se encontra, no momento, ameaçado pelo pacto anglo-italiano e o segundo, com suas aduanas e forças policiais em mãos de autoridades norte-americanas e uma grande concessão outorgada a uma corporação de Wall Street. Não deveriam, portanto, ser considerados livres. A expropriação das terras e o extermínio da população continuam impiedosamente no Quênia e no Sudão, uma recompensa digna dos imperialistas aos africanos que sacrificaram na Grande Guerra, proclamada como um conflito “a fim de tornar o mundo seguro para a democracia e para os direitos dos povos mais fracos”.

De maneira similar, a União da África do Sul recentemente decretou uma *Color Bar Bill*, que proíbe os nativos de trabalhar com maquinaria e de ser empregados nos serviços civis, o que acrescenta novos fardos sobre aqueles povos já oprimidos por duras leis e impostos (como as *Pass Laws*, as *Hut Taxes* e similares), além de serem colocados à força, como rebanhos, em reservas e conjuntos habitacionais miseráveis e terrivelmente explorados em fazendas e minas. Em todas as partes da África, com exceção de uma pequena superfície da costa ocidental onde os nativos conseguiram assegurar as próprias terras e seus direitos alfandegários, existe uma rigorosa repressão do povo sob o jugo do imperialismo estrangeiro. A produção dessa área, que é oito vezes maior que das plantações vizinhas em posse dos europeus, é uma prova irrefutável da brutal e perversa natureza desse sistema de escravidão moderna.

* Esta frase foi suprimida da versão cubana. (N.T.)

** Esta frase também foi suprimida da versão cubana. (N.T.)

Nos Estados Unidos, os 12 milhões de “negros”, ainda que tenham direitos de igualdade garantidos pela Constituição, são negados da participação na vida [política e econômica] da nação. Essa opressão é maior nos estados do Sul, onde o espírito de servidão ainda predomina. Segregação, privação de direitos civis e eleitorais, injustiça legal, dívidas e prisões [forçadas], violência e linchamentos promovidos por turbas brancas degradam e oprimem esses povos. Esse perverso sistema de repressão opera para reduzir a raça a uma casta inferior e servil, explorada e abusada por todas as outras classes da sociedade. O Haiti, estabelecido por Toussaint Louverture e seus partidários por meio da primeira revolução escrava bem-sucedida da história, é agora reprimido e subjugado pelos *marines* daquela mesma potência que proclamou “a guerra pela democracia”. Mais de 3 mil haitianos foram assassinados, e um grande número deles acabou escravizado para a construção de estradas militares sob o sistema de corveia. Foram despojados de suas terras e de suas liberdades: a prisão e a tortura são o quinhão que recebem todos os que se atrevem a levantar a voz pela liberdade. Nas colônias do Caribe, os povos negros foram submetidos a variadas formas do imperialismo. Direitos civis limitados e sistemas de *plantation* opressivos reduzem essas massas à condição permanente de servidão e penúria. Na América Latina, os negros não sofrem nenhuma opressão especial. As relações cordiais resultantes da igualdade social e política nesses países provam que não existe nenhum antagonismo inerente entre elas*.

Para as repúblicas do Haiti, de Cuba e de Santo Domingo e para os povos de Porto Rico e das Ilhas Virgens, devemos exigir completa independência política e econômica e a imediata retirada de todas as tropas imperialistas. Para as outras colônias do Caribe, devemos igualmente exigir e obter a autonomia governamental. A Confederação das Índias Ocidentais Britânicas deve ser constituída e a união desses povos, efetivada.

Para alcançar a emancipação dos povos negros do mundo, temos de travar uma luta firme e decidida, a fim de conquistar:

1. Liberdade completa dos povos africanos e de origem africana.
2. Plena igualdade da raça negra e de outras raças.
3. Controle da terra e dos governos da África pelos africanos.
4. Imediata abolição de qualquer trabalho compulsório e taxas injustas**.
5. Imediata abolição de todas as restrições raciais, sociais, políticas e econômicas.

* A versão cubana modifica este trecho. O texto em espanhol afirma: “Na América Latina, exceto em Cuba, os negros não sofrem nenhuma opressão especial. (No Panamá, a intervenção ianque transplantou os costumes bárbaros dos Estados Unidos contra os negros, que é a mesma origem das desigualdades sociais de Cuba.) As relações cordiais resultantes da igualdade social e política nesses países provam que não existe nenhum antagonismo inerente entre elas”. (N.T.)

** Este item não foi incluído na versão cubana. (N.T.)

6. Imediata abolição da conscrição e recrutamento militar.
7. Liberdade de movimento dentro e fora da África.
8. Liberdade de expressão, de imprensa e de reunião.
9. Direito à educação em todas as áreas.
10. Direito à organização de sindicatos.

Para conquistar esses objetivos, devemos adotar as seguintes medidas:

1. Organização do poder político e econômico do povo, por meio de:
 - a. sindicalização dos trabalhadores negros;
 - b. organização das cooperativas.
2. Organização e coordenação dos movimentos de libertação negros.
3. Promoção da luta contra a ideologia imperialista: chauvinismo, fascismo, kukluxklanismo e preconceitos de raça.
4. Admissão dos trabalhadores de todas as raças nos sindicatos e nas associações operárias em pé de igualdade.
5. Estabelecimento da unidade com todos os povos e classes oprimidas na luta contra o imperialismo.

O Ocidente e o problema dos negros*

A moda dos temas negros na literatura e na música corresponde, no plano político, a um período de crescente interesse do Ocidente pelas reivindicações dos negros. Mas, enquanto na sociedade burguesa a exaltação do folclore negro na música e na literatura se nutre de um sentimento de colonizadores mesclado com a apreciação exótica de uma cultura decadente**, a atenção dada à questão da raça negra nas fileiras revolucionárias e anti-imperialistas da Europa e da América obedece a uma verdadeira corrente internacionalista. Porque, como observa Stefan Zweig, não se podem confundir cosmopolitismo e internacionalismo. O cosmopolitismo não exclui nem um pouco os ódios de povos e raças: é, simplesmente, a faceta de uma ordem imperialista que diminuiu as distâncias e multiplicou as comunicações, sem, contudo, aproximar nem interligar as nações (Paul Morand é um literato cosmopolita e ninguém pensaria em classificá-lo como internacionalista; nada, no fundo, é tão parisiense como sua arte).

O Ocidente branco e capitalista aperfeiçoa e intensifica a exploração tradicional dos negros. Na Grande Guerra, as potências imperialistas da Entente empregaram em vasta escala o material humano que suas colônias negras podiam lhes fornecer. E hoje, desenvolvidas tecnicamente, em um grau inverossímil, a exploração do trabalho, o consumo e a produção dos negros,

* Publicado originalmente na extinta revista *Mundial*, Lima, Opinión Nacional, 6 dez. 1929, na seção "Lo que el Cable no dice". Traduzido por Luiz Bernardo Pericás. (N.E.)

** Neste caso, Mariátegui se refere à apreciação feita pela cultura decadente "ocidental". (N.T.)

nada mais natural do que explorar sua arte. O negro continua abastecendo de material a civilização branca. Diminuída, empobrecida, a fantasia artística dos europeus busca nos negros um rico filão para a indústria literária e artística.

O II Congresso Anti-Imperialista Mundial*, no qual os povos negros estiveram conspicuamente representados, dedicou grande parte de seu tempo ao estudo do problema dessa raça [sic]. As conclusões aprovadas por esse congresso constituem, sem dúvida, a mais avançada e completa formulação política da questão. Bem se sabe que os próprios partidos socialistas da Europa, na época da Segunda Internacional, não chegaram a incorporar seriamente esse assunto entre suas preocupações. A Segunda Internacional, na prática, não representou nada além de uma organização branca. A solidarização do movimento socialista do Ocidente somente começa com a história da Terceira Internacional, cuja mancomunação com as reivindicações dos povos coloniais é apenas mais um pretexto da burguesia ocidental para acusar a União Soviética de asiatismo e de barbárie.

Entre as decisões do Congresso de Frankfurt que regulamentarão as atividades das seções nacionais da Liga Anti-Imperialista está incluída aquela que repudia a utopia do “retorno à África”. Esse movimento é caracterizado, segundo as respectivas conclusões do Congresso, nos seguintes termos:

O garveyismo é um movimento nacional semelhante ao sionismo. Sua tendência é a de reunir todos os negros em uma só nação que ocupe o continente africano, uma reivindicação que representa um prejuízo para as massas negras**. Essa tendência surge do sentimento de comunidade que nasce e renasce incessantemente entre os negros, provocado, de um lado, pela opressão geral que eles sofrem no mundo inteiro e, de outro, pelo propósito das classes negras possuidoras de utilizar esse sentimento em benefício de seus fins econômicos, em sua conspiração comercial com os imperialismos.

* Também conhecido como II Congresso Internacional contra a Opressão Colonial e o Imperialismo. (N.T.)

** O documento original afirma que o garveyismo, na prática, “desorienta” e “engana” as massas negras. (N.T.)